

Desenvolvimentos possíveis do Regional, envolvimento alternativo das Gentes

Possible Developments of the Regional, alternative involvements of People

Ivo Marcos Theis

Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB– Blumenau- SC – Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0128-2188>

Resumo

Partindo-se da hipótese de que se esteja na presença de um esgotamento das potencialidades do desenvolvimento regional, procura-se esboçar um cenário otimista quanto às relações entre as gentes que vivem em diferentes regiões. Tendo contribuído para a conformação das modernas sociedades produtoras de mercadorias, as regiões seriam gradualmente *borradas* como resultado da construção de uma alternativa, fundada no *envolvimento das gentes*, que privilegia a conservação da vida plena desde um processo de radicalização democrática.

Palavras-Chave: Cultura; desenvolvimento regional; desigualdade.

Abstract

Starting from the hypothesis that we are in presence of an exhaustion of the potentialities of regional development, we try to sketch an optimistic scenario regarding the relations between the people that live in diferente regions. Having contributed to the formation of the modern commodity-producing societies, regions would be gradually blurred as a result of the construction of an alternative, based on the *involvement of the people*, which privileges the preservation of full life through a process of democratic radicalization.

Keywords: Culture; regional development; inequality.

...e a terra estava em festa
(como quando celebrou a primeira célula sua Festa de Bodas)
e havia um Cântico Novo
e todos os demais planetas habitados ouviram cantar a Terra
e era um canto de amor (CARDENAL, 1977, p. 62).

Introdução

O que se vai ler a seguir é um modesto exercício de prospectiva, uma humilde tentativa de esboçar um cenário otimista no que se refere às relações entre as gentes que vivem em diferentes regiões. Parte-se da hipótese de que o esgotamento das potencialidades do desenvolvimento regional, do qual se colhem sinais cada vez mais inequívocos, tende a conduzir à alternativa do *envolvimento das gentes*. E isto significará, virtualmente, o *fim das regiões*, como estas passaram a se conformar nas modernas sociedades produtoras de mercadorias. O propósito, então, é, simplesmente, mirar o desconhecido, partindo do que, sendo razoavelmente conhecido, é rejeitável da perspectiva da preservação da vida plena – inclusive, da vida humana. O pressuposto é de que a opção do envolvimento das gentes será conquistada não por algum fatalismo da história, mas pela capacidade das gentes de reinventarem o mundo (1). Um mundo reinventado, no qual a vida, finalmente, deverá ser plena, não resultaria de relações hierárquicas como essas que se tornaram tão funcionais às modernas sociedades produtoras de mercadorias. A alternativa do envolvimento das gentes decorrerá da mais honesta expressão de necessidades e desejos, dos mais elementares interesses das gentes, vivam elas em que regiões viverem. Será, pois, a mais completa antítese a qualquer forma de hierarquia – a mais radical experiência de democracia (*governo do povo [dêmos]*) – o que vai conduzir à alternativa aqui desenhada.

Para se lograr o propósito que se tem em vista, dividiu-se o texto em cinco breves partes, além desta introdução e das conclusões: (i) a natureza, as gentes, as culturas, (ii) produção de excedentes, classes sociais e a emergência da Cultura Ocidental, (iii) as desigualdades, o Estado, as regiões, (iv) o tal desenvolvimento: de onde veio e para onde leva, (v) que desenvolvimento para a gente da região.

Sem lugar a dúvidas, tem-se aí um desajeitado quebra-cabeças. No entanto, cada interlocutora e cada interlocutor pode e deve colocar uma peça (uma informação, um dado, uma referência), aqui ou ali, para dele extrair algum sentido e, ao final, lograr uma visão integrada.

A natureza, as gentes, as culturas

Em tempos remotos havia apenas a natureza sem a presença das gentes. Como dessas se vai falar bastante, é preciso falar antes da natureza *sem* as gentes.

Não importa como se queira definir *natureza*. Talvez se possa aceitar o entendimento comum de que se trata do quadro abiótico e biótico mais amplo no qual se tornou possível o milagre da vida. As esferas abióticas compreendem a porção sólida (litosfera), a camada das águas (hidrosfera), a fração de gelos e neves (criosfera) e a massa de gases (atmosfera) que conformam o planeta. A esfera biótica (biosfera) é, evidentemente, aquela que corresponde ao conjunto de seres vivos, plantas e animais, que animam quaisquer ecossistemas. Essa *natureza*, contudo, não existiria se os seres vivos não fossem “carregados”, permanentemente, de energia proveniente do sol. Sem sol, não haveria biosfera.

É graças à fotossíntese que há vida, inclusive, vida humana. A energia do sol que adentra o planeta é absorvida pelas folhas verdes e armazenada em moléculas de açúcar. Estas disponibilizam a energia absorvida do sol para a planta, a fim de que ela possa satisfazer suas necessidades básicas de crescimento orgânico, isto é, sua floração e reprodução (2). A energia necessária para que haja vida é, pois, a energia solar absorvida pelo pigmento verde das folhas das plantas. A vida animal, por sua vez, depende da existência de plantas verdes, possível apenas porque um parasita se introduz no ciclo, comendo os açúcares e amidos presentes nos corpos das plantas e, assim, utilizando a energia dessas para o seu próprio crescimento. Logo, “sem as plantas, os animais morreriam de fome [...] em contrapartida, as plantas passariam muito bem sem os animais [...]” (CONTI, 1986, p. 17).

As plantas verdes são, então, a condição para a vida dos animais, em geral, inclusive, a humana. Em face dos propósitos aqui em vista, abstrai-se o interessante fato da evolução de todas as plantas e de todos os animais – sem lugar a dúvida, resultante não de uma competição sem tréguas, mas de providencial apoio mútuo (KROPOTKIN, 2005) –, concentrando-se a atenção nas gentes (3).

Foi “na África [que] começou a viagem humana pelo mundo” (4). Considerando o fato inequívoco de que as gentes *apareceram*, na África antes que noutra lugar, foi necessário arrumar-lhes uma distração. Já na primeira, acabaram expulsos do paraíso (5). Então, começaram a caçar e a pescar e a colher o que a natureza exuberante lhes proporcionava (6). Nesse estágio inicial, em que “a divisão do trabalho ainda [estava] pouco desenvolvida e se [limitava] a uma maior extensão da divisão natural no seio da família” (MARX; ENGELS, 1999, p. 30), as gentes viviam:

[...] em pequenos bandos móveis de coletores de raízes e frutos, de caçadores e pescadores, rigidamente condicionados ao ritmo das estações, engordando nas quadras de fartura e emagrecendo nos períodos de penúria. Só em regiões excepcionalmente dadas, como as costas marítimas ricas em mariscos [...], esses bandos podiam alcançar maiores concentrações. Ainda assim, o montante de cada grupo era limitado pela capacidade de provimento alimentar nas quadras de maior escassez e pelas dificuldades de ordenar socialmente o convívio de unidades sociais maiores (RIBEIRO, 1978, p. 70).

No entanto, as gentes se cansariam de vagar para lá e para cá, chegando o momento em que decidiram colocar umas florestas abaixo e plantar e domesticar uns animais. Assim, realizaram a *Revolução Agrícola*, desencadeada:

[...] originalmente há cerca de 10.000 anos passados, entre os povos da Mesopotâmia e do Egito e se repetiu, mais tarde, por efeito da difusão ou como desenvolvimentos independentes, na Índia (6.000 a.C.), na China (5.000 a.C.), na Europa (4.500 a.C.), na África Tropical (3.000 a.C.) e nas Américas (2.500 a.C.) (RIBEIRO, 1978, p. 69).

Passado mais um tempo, as gentes inventaram outras brincadeiras. Agora decidiram dividir *melhor* algumas tarefas entre os integrantes das comunidades nas quais viviam. Uns ficaram com as mais espinhosas, outros com as mais nobres – e outros ainda se deitaram nas redes, a observar os primeiros. Essa divisão do trabalho encontraria justificativa em mitos e deuses, criados pelas gentes daqueles tempos (7), possivelmente, por alguns dos que passavam seu tempo deitados nas redes.

O fato é que as gentes foram ocupando as imensas terras disponíveis, tirando da natureza exuberante o necessário para viverem. Cada grupo humano desenvolveu línguas, artes, técnicas, hábitos, valores, crenças e normas próprios – o que o distinguiria dos demais grupos humanos. Olhando-se o planeta de fora, observar-se-ia uma diversidade tanto da natureza ainda exuberante quanto da cultura que ainda se coloria.

Já numa etapa mais recente de sua história, as gentes realizariam importantes avanços técnicos, como os que se deram no período dos dois milênios anteriores a 3.000 a.C. Tais avanços propiciaram às sociedades daquele tempo:

[...] excedentes de alimentos que permitiram desligar um número cada vez maior de pessoas das atividades de subsistência. Ensejou-se, desse modo, o surgimento de formas mais complexas de divisão social do trabalho através da especialização artesanal e do comércio, tanto interno como externo, entre lavradores e pastores (RIBEIRO, 1978, p. 79).

Entre 1750 e 1500 a.C. dar-se-ia, em diferentes áreas e alcançando diferentes formações socioculturais, o que passaria a ser chamado de *Revolução Urbana*, isto é, uma mais nítida “dicotomização das sociedades em conteúdos rurais e urbanos” (RIBEIRO, 1978, p. 86). Essa divisão do trabalho mais bem definida entre campo e cidade é indissociável do aumento da capacidade produtiva das gentes, a um patamar tal que se romperia “o equilíbrio harmonioso da natureza” (SMITH, 1988, p. 76).

Produção de excedentes, classes sociais e a emergência da Cultura Ocidental

De fato, a produção passou a superar, progressivamente, as necessidades humanas imediatas. No início, havia a justificativa de enfrentar as restrições da natureza com o armazenamento do que não era imediatamente consumido. Porém, os que passariam a controlar o processo produtivo logo perceberam que poderiam derivar ganhos dessas *sobras*. A produção de excedentes *romperia o equilíbrio harmonioso da natureza* porque implicaria uma intervenção crescente na natureza, uma apropriação cada vez maior dos *recursos* que a natureza disponibiliza para a satisfação de necessidades – e, cada vez mais, de *desejos socialmente produzidos* – das gentes. Ademais, a produção de excedentes conduziria também à divisão das gentes em *classes sociais*.

Nas modernas sociedades produtoras de mercadorias, fundadas na crescente divisão do trabalho e na incessante produção de excedentes, “a diferença fundamental está entre a classe que desempenha o total da tarefa social, e a classe ou classes que não trabalham, mas [...] encampam o excedente social” (SMITH, 1988, p. 78). Quanto às possibilidades de acesso das duas classes sociais aos resultados do processo produtivo, as de cada uma das classes sociais em questão parecem estar bem definidas (8).

A divisão das gentes em classes sociais terá diferentes consequências, tanto para a natureza quanto para a cultura. A exuberante diversidade da natureza será alvo da intervenção da classe que controla os meios de produção para converter os seus *recursos* em mercadorias. Para isso necessitará das gentes que nada possuem além de sua força de trabalho, integrando-as, aos poucos, na moderna cultura das sociedades produtoras de mercadorias. A natureza e as gentes, antes tão diversas, serão progressivamente homogeneizadas no espaço, convertidas em *fatores de produção*.

Assim, as imensas terras ocupadas pelos grupos humanos, palco de experiências culturais diferenciadas, seriam fragmentadas pela cada vez mais acentuada divisão do trabalho, de início, entre cidade e campo, depois entre espaços de produção e comércio e, com a intensificação do processo de urbanização, entre diferentes cidades, dando nascimento às manufaturas, como na Itália (MARX; ENGELS, 1999, p. 31, 82, 85).

Por razões que só a *razão* parece explicar, caberia aos europeus universalizarem seus valores e crenças a partir do século XVI. Sua *cultura ocidental*, muito específica e particular, se foi impondo, quase sempre com violência, mas não sem resistência por parte das gentes assaltadas – que até então viviam satisfeitos com seus próprios valores e hábitos. Em outros termos:

[...] a Cultura Ocidental é a passagem da particularidade para a universalidade sem novidade nem fecundação de alteridade alguma. Na realidade é só a *imposição* violenta a outras particularidades (América Latina, África, Ásia) da particularidade europeia com pretensão de universalidade. A definição perfeita de *eurocentrismo* (DUSSEL, 1993, p. 39, nota 45).

E então passaram a se modificar, cada vez mais rápida e radicalmente, as vidas das gentes da América Latina, da África, da Ásia, enfim, de quase todos os lugares. A natureza outrora exuberante passou a ser explorada intensivamente, dela se extraindo o que pudesse contribuir para a produção de riquezas. Os integrantes daquelas gentes assaltadas pelos estranhos humanos, que àquelas impuseram sua cultura aquisitiva e seus valores individualistas, foram escravizados para transformar as matérias primas da natureza – com a qual as gentes conviveram em harmonia por um longo tempo – em mercadorias (9).

As desigualdades, o Estado, as regiões

De maneira que toda a natureza e toda a gente seriam, pouco a pouco, integrados à lógica da produção de mercadorias. O planeta perderia em diversidade natural e cultural. Mas, em compensação, ganharia em desigualdades.

Com a constituição dos Estados nacionais modernos, que passariam a gerir as desigualdades no interior de cada formação sociocultural, constituir-se-iam, por toda parte, regiões desigualmente desenvolvidas. O que se pode entender por Estado moderno? E por região?

Como de região se vai falar adiante, é preciso antes oferecer uma possível resposta à primeira dessas questões:

O Estado é uma instituição da sociedade, o órgão do Governo central. É uma instituição de sociedades inteiras, e não apenas de partes, como são as corporações ou outras associações, províncias ou comunidades; e, uma vez estabelecido, ele protege ciumentamente o seu poder, não o dividindo com ninguém (KRADER, 1970, p. 166-167).

Outra resposta à mesma questão poderia ser:

O Estado moderno talvez seja melhor entendido como um conjunto complexo de disposições institucionais para fazer funcionar o Governo, através das atividades contínuas e regulamentadas de indivíduos que atuam como ocupantes de cargos. O Estado, como a soma total de tais cargos e serviços, reserva-se a tarefa de governar uma sociedade territorialmente definida; monopoliza, *de jure* e, tanto quanto possível, *de facto*, todas as prerrogativas, faculdades, recursos e aparelhamentos pertinentes a esta tarefa. E, em princípio, cuida exclusivamente dessa mesma tarefa, tal como é percebida à luz de seus próprios interesses e normas de conduta particulares (POGGI, 1981, p. 16).

Embora o Estado seja um episódio das sociedades modernas, ele se constituiu em algum lugar do passado. De forma que “o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder” (ENGELS, 1981, p. 195; ver também CLASTRES, 2003). Entretanto, houve sociedades – como a da Grécia Antiga – nas quais ele ganharia vida (10). E desde então sua presença vem crescendo, inclusive, no que respeita ao ordenamento e à gestão do território, com a providencial formação de regiões. Sim, *regiões*. O que, agora, se pode entender por região?

Até meados do século XV o termo *região*, derivado do latim, significava *grande extensão de terreno* ou *território*, do latim *territorium*. Uma região *se distingue de outras regiões por possuir características próprias*. Parece que já se empregava *regione* no período de vigência do Império Romano para significar as áreas sob o domínio da administração centralizada em Roma (GOMES, 1995, p. 49-78). Para os propósitos aqui em vista, se considera região “um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos” (LENCIONI, 1999, p. 100). Esta definição é congruente com o sentido etimológico acima indicado: uma região é um espaço distinto de outros espaços, e essa distinção repousa no reconhecimento de que cada região possui traços específicos, diferentes dos possuídos por outras regiões. Esses traços, frequentemente, dizem respeito à natureza e à cultura. As regiões são, em síntese, o resultado da ação das gentes no (e sobre o) espaço que ocupam no curso de sua história.

Nas modernas sociedades produtoras de mercadorias, as regiões não apenas são diferentes entre si, mas, fundamentalmente, desiguais. As disparidades inter-regionais expressam os graus variados de desenvolvimento desigual das forças produtivas mobilizadas em cada região e nas demais escalas.

O tal desenvolvimento: de onde veio? Para onde leva?

Um conceito que agora vai se tornando central é *desenvolvimento*. Qual é sua origem? O que significa? Pode-se partir da suspeita de que o termo tenha passado a se difundir com grande rapidez depois que Harry S. Truman, em seu discurso de posse como presidente dos EEUU, a 20 de janeiro de 1949, distinguiu as gentes entre desenvolvidas e ainda não desenvolvidas (THEIS, 2008, p. 252-275).

De fato, desenvolvimento remete a *progresso*, outra preocupação genuinamente europeia, que, por volta do século XVIII, traduzia a crença num futuro melhor que o presente, de maior liberdade, justiça e, sobretudo, bem-estar material (FURTADO, 1978, p. 63-65). O primeiro dos economistas, o escocês Adam Smith, estava fascinado com o *progresso* nesse último sentido, isto é, como *bem-estar material*, daí nominar sua *opus magna* de *A riqueza das nações*. Os economistas que lhe sucederam não desviaram sua

atenção dessa nova obsessão: havia que mobilizar todos os recursos possíveis, vale dizer, a natureza exuberante onde ela ainda se encontrava disponível e a força de trabalho onde esta se apresentava em volume e docilidade adequados para impulsionar a acumulação.

Os termos que precedem o conceito de desenvolvimento são, então, os seguintes: progresso, acumulação, crescimento. *Acumulação* ganharia uso generalizado entre os economistas clássicos (inclusive, Karl Marx), indicando, desde então, aumento da riqueza material. Já *crescimento econômico* (11) seria empregado com cada vez maior frequência a partir da *revolução keynesiana* (12). Com efeito, crescimento econômico tornar-se-ia expressão comum para profissionais e estudiosos de assuntos econômicos, mas também sendo encontrada na linguagem utilizada por jornalistas, políticos, burocratas e gente de negócios.

Entretanto, desenvolvimento difere de crescimento econômico. Desenvolvimento não se limita à elevação da riqueza, por exemplo, medida pelo Produto Interno Bruto. *Ele evoca uma preocupação maior com bem-estar material para todos*. Mas, dada a quantidade de adjetivos que vem carregando consigo (13), tem confundido mais que explicado.

A presente seção iniciou apontando para o fato de que desenvolvimento é um conceito que passou a difundir-se em fins dos anos 1940, quando o governante estadunidense distinguiu as gentes entre desenvolvidas e não desenvolvidas. Cabe, agora, depois de diferenciado desenvolvimento de acumulação e crescimento, explorar algumas implicações dessa distinção – bastante comum no debate acadêmico e político – entre países desenvolvidos e países *ainda* não desenvolvidos. Em primeiro lugar, cabe notar que quem propôs tal distinção é quem é desenvolvido. Isto é, quem distinguiu entre desenvolvidos e não desenvolvidos é um dos desenvolvidos (um, note-se, que nunca foi subdesenvolvido), não um dos não desenvolvidos. Porque não poderiam as gentes não desenvolvidas ficar como estão? Porque elas não poderiam se acomodar na sua condição de não desenvolvidas? Porque não lhes deveria ser dado o direito de abrirem mão do progresso que os países desde sempre desenvolvidos tanto desejam para si? Em segundo lugar, poderia ser que as gentes não desenvolvidas, por algum bom motivo, quisessem se desenvolver. Aqui cabe, então, reiterar o fato de que os países desenvolvidos *nunca* foram subdesenvolvidos, *nunca* estiveram atrás de ninguém. Por isso, eles *nunca* precisaram percorrer *estágios* de desenvolvimento, de maneira a alcançar quem, eventualmente, estivesse à frente. Por quê? Porque eles *sempre* estiveram à frente! Portanto, uma lição para as gentes não desenvolvidas, se estas quisessem mesmo se desenvolver, é que não há etapas a vencer, depois das quais países não desenvolvidos se tornam desenvolvidos (14). Em terceiro lugar, há, então, constrangimentos estruturais a enfrentar e superar. Contudo, o enfrentamento e a superação de tais constrangimentos requerem um afastamento da subserviência que caracteriza as elites de grande parte das formações socioculturais não desenvolvidas.

De maneira que será preciso recuperar graus muito maiores de autonomia que os hoje à disposição das gentes não desenvolvidas.

Sabendo-se de onde desenvolvimento veio, resta saber para onde ele pode levar. Existem alternativas. No entanto, cada uma implica variadas correlações de força. Por exemplo, a opção por um desenvolvimento fundado no crescimento econômico sem freios – despreocupado com a natureza, as gentes e as culturas – encontra ampla audiência em economistas, bancos, governos e, sobretudo, empresas – principalmente, grandes conglomerados transnacionais. A opção por um *desenvolvimento social e ambientalmente mais sustentável* também encontra audiência, embora as conferências da ONU sobre meio ambiente – como a “*Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*”, que teve lugar em Estocolmo (Suécia), entre 5 e 16 de julho de 1972, e a “*Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*”, realizada no *Rio de Janeiro (Brasil)*, entre 3 e 14 de junho de 1992 – e vários relatórios – como *limites do crescimento* (MEADOWS et al., 1978) e *nosso futuro comum* (CMMAD, 1988) – não tenham alterado, substancialmente, a velocidade com que o trem se aproxima do abismo. Por fim, encontra alguma audiência uma opção mais utópica (15), de um desenvolvimento que *respeita* a natureza e as gentes e se volta para ambas. Mas, qual é a chance para uma alternativa desse tipo?

Que desenvolvimento para a gente da região?

Nas duas seções anteriores procedeu-se a uma aproximação das definições de região e desenvolvimento, respectivamente. É delas que deriva a compreensão mais usual de *desenvolvimento regional*. Do que se trata? Nas modernas sociedades produtoras de mercadorias, o desenvolvimento inter-regional é, logicamente, desigual. As forças produtivas disponíveis e mobilizáveis em cada região são de diferentes qualidades e quantidades. Daí serem, também, distintos os ritmos com que tais forças produtivas avançam no território, acentuando as desigualdades entre os diversos espaços, sobretudo, em formações socioculturais não desenvolvidas. De uma perspectiva convencional, desenvolvimento regional é o aumento da capacidade produtiva de uma dada região, que conduz a um maior bem-estar material para todos os que nela vivem. Está subentendido que, mesmo nas *regiões mais desenvolvidas*, nas quais seus habitantes desfrutam de bem-estar material mais elevado, perseguir-se-á um crescimento ainda maior das forças produtivas aí mobilizáveis. Também está subentendido que, mesmo constatando-se desigualdades tão pronunciadas no interior de cada uma das regiões quanto entre elas, em todas e para todas, indistintamente, se defenderá *desenvolvimento regional*. Contudo, as suas potencialidades parecem esgotar-se, considerando que o aumento ininterrupto da capacidade produtiva – sobre o qual, em última instância, se apoiam as estratégias vigentes de desenvolvimento regional – requer a continuada transformação de matérias-primas da natureza em

mercadorias, no melhor estilo de um crescimento econômico sem freios. Ou seja, tais estratégias estão condenadas por se apoiarem no consumo irresponsável de matéria e energia (acessíveis apenas em condições muito especiais), na redução da natureza e das gentes a mercadorias (a *fatores de produção*), na necessidade de se despertar/insuflar, permanentemente, o consumo de todas as mercadorias que, ininterruptamente, chegam ao mercado. Assim, os sinais são cada vez mais inequívocos de que as potencialidades desse desenvolvimento regional tendem a esfumar-se no ar.

Mas, não se falou, acima, também, de uma opção mais utópica, de um desenvolvimento – desenvolvimento regional? – que, porventura, *respeitasse* a natureza e as gentes e, ainda, se voltasse para ambas? Talvez se deva explorar um pouco mais esta opção, que poderia ser designada de *desenvolvimento com envolvimento*.

Primeiramente, o que significa respeitar a natureza e as gentes e ainda se voltar para uma e outras? Basicamente, converter desenvolvimento de fim em meio. Vale dizer: não se submeteria mais nem a natureza nem as gentes a serviço do (ou de um) desenvolvimento – cujos resultados são sempre destinados a uns poucos privilegiados. Ao contrário, o desenvolvimento, respeitando uma e outras, será colocado a serviço da natureza e das gentes.

Como se colocará o desenvolvimento a serviço da natureza? Tudo aquilo que foi feito pelo *velho* desenvolvimento e implicou alguma forma de agressão à natureza será desfeito pelo *desenvolvimento com envolvimento*. Exemplo: no caso dos edifícios construídos próximos a cursos d'água e ao mar, eles serão desmontados, tijolo por tijolo. Assim, em inúmeros balneários haverá desenvolvimento a serviço da natureza baseado numa *desconstrução civil*. Mas, como as gentes passariam a morar? Talvez, em edificações mais adequadas às condições ambientais e culturais de cada localidade/região com, por exemplo, um máximo de três andares. De resto, estudos deverão ser realizados com o propósito de dar a conhecer como cada ecossistema pode ser recuperado, como a diversidade da natureza pode ser restaurada.

E como se colocará o desenvolvimento a serviço das gentes? Interrompendo-se as relações de subordinação de umas gentes, hoje condenadas a viver da cessão de sua força de trabalho, a outras gentes, hoje privilegiadas pelo enriquecimento à custa de trabalho alheio. Isso significa reconverter todas as formas de dominação política (as relações de classe, propriamente), tecnológica (uso de máquinas que oprimem seus usuários) e ideológica (meios de comunicações que reproduzem as relações sociais de dominação existentes). Nenhum ser humano poderá se impor diante de seu semelhante, tomar o *outro* como *instrumento*, seja para concentrar poder, prestígio, riqueza ou o que quer que seja.

Em segundo lugar, o que significa aqui envolvimento? Não se pode mais deixar que alguns espertos decidam por/em nome de todos. Envioolvimento pode ser entendido como a supressão de todas e quaisquer hierarquias. Não haverá especialistas nem

burocratas dizendo para *leigos* o que fazer. As gentes empregarão o seu tempo para meditar sobre decisões mais complexas. Não delegarão poder a terceiros. Reunir-se-ão para decidir, coletivamente, sobre tudo o que afeta o seu destino. Não se trata de mais processos participativos, como se os conhece de certa literatura. Aí a participação é, usualmente, uma forma de legitimar o que já foi decidido antes pelos espertos, burocratas ou poderosos de plantão. Envolvimento é a condição em que todos os interessados e todos os atingidos pelas consequências de decisões mais complexas – livres da desinformação produzida pelos meios privados de comunicação, portanto, devidamente informados e conscientes de seus atos – expressam (antes, durante e depois) seus mais honestos interesses, necessidades e desejos.

Em terceiro lugar, e por fim, desenvolvimento com envolvimento sugere respeito à natureza e às gentes com o envolvimento de cada indivíduo e cada coletividade no que, respectivamente, lhe diz respeito. Com isso, as regiões, esses recortes do território que se tornaram cada vez mais desiguais entre si a partir do avanço das modernas sociedades produtoras de mercadorias, tenderão, virtualmente, a desaparecer. E a razão é simples: a solidariedade entre os indivíduos e as coletividades que brotará do *desenvolvimento com envolvimento* tenderá a reduzir as desigualdades, hoje gritantes, a algo próximo de zero.

É uma opção utópica. Ela é desejada? O que se está fazendo para concretizá-la?

(In) conclusões

O que se acabou de ler, sem dúvida, um desajeitado quebra-cabeças, consistiu de uma modesta tentativa de formular um cenário mais otimista no que respeita às interações entre as gentes que vivem em diferentes regiões. Partiu-se da hipótese de que o chamado *desenvolvimento regional* esgotou suas potencialidades, com o que se descortina uma alternativa de *envolvimento das gentes*. Isso significaria, então, o fim das regiões, no sentido como elas foram (material e simbolicamente) construídas, isto é, para dar suporte às modernas sociedades produtoras de mercadorias. Com efeito, partindo-se do conhecido, procurou-se mirar o ainda não conhecido. De todo o conhecido, há o que fere a vida – inclusive, a das gentes. Essa parte do conhecido que ameaça a vida é rejeitável.

O problema, como foi visto, não está com a natureza. Nem, tampouco, com as gentes simples e comuns. Nem, tampouco, com o território que abriga as inúmeras regiões – elas, próprias, resultado da produção de desigualdades. Nem, por fim, está o problema com o tal desenvolvimento – um meio que deveria servir a um fim, mas fugiu ao controle das gentes. O problema parece estar antes na *correlação de forças* que impede que se torne verdadeira a *opção utópica*.

Então, como enfrentar o que fere a vida? A alternativa do *desenvolvimento com envolvimento* pode ser alcançada na medida em que se explicita o que corresponde ao mais verdadeiro das gentes. Ou seja, a *opção utópica* tende a tornar-se realidade se radicalizada a democracia:

[...] uma democracia que, fiel à natureza humana que tanto nos fez capazes de eticizar o mundo quanto de transgredir a ética, estabeleça limites à capacidade de malquerer de homens e mulheres [Não basta uma] democracia puramente formal que *lava as mãos* em face das relações entre quem pode e quem não pode porque já foi dito que *todos são iguais perante a lei*. Mais do que dizer ou escrever isto, é preciso fazer isso (FREIRE, 2000, p. 48).

Cabe perguntar uma vez mais: o que se está fazendo para se concretizar a *opção utópica*?

Notas

(1) “Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes mulheres e homens ao longo da longa história que, feita por nós, a nós nos faz e refaz, é a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repeti-lo, ou reproduzi-lo” (FREIRE, 2000, p. 121).

(2) O milagre da vida se deu “quando as células aprenderam a fabricar seu próprio açúcar a partir do sol: arranjam um pigmento verde, a clorofila, e inventaram a reação química 1, utilizando a água, abundante no planeta, e o gás carbônico” (CONTI, 1986, p. 57).

(3) Não custa lembrar: as gentes “começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida” (MARX; ENGELS, 1999, p. 27), portanto, tão logo passam “a criar [seus] meios de subsistência” (SMITH, 1988, p. 74).

(4) De forma que “somos todos africanos imigrados. Talvez nos neguemos a recordar nossa origem comum porque o racismo produz amnésia” (GALEANO, 2008, p. 1).

(5) Aliás, é porque foram expulsos do paraíso que as gentes se tornaram *humanos* e começaram a fazer história. E, como se sabe, “o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é [...] a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza [...] Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens” (MARX; ENGELS, 1999, p. 27). Talvez deva ser acrescentado, precisamente, neste ponto, que se procede, nas páginas a seguir, a uma exposição sintética, estilizada, em grandes traços, da tal história humana. Os vários estágios, etapas e momentos em que se a divide tem

mera finalidade didática. De resto, compartilha-se da crítica a essa *outra face do etnocentrismo*, à convicção “de que a história tem um sentido único, de que toda sociedade está condenada a inscrever-se nessa história e a percorrer as suas etapas que, a partir da selvageria, conduzem à civilização” (CLASTRES, 2003, p. 207-208).

(6) Não há como desconhecer que os seres “humanos nascem com certas necessidades naturais [...] e eles estão inseridos num mundo [no qual] a natureza providencia [...] os meios para preencher essas necessidades. Os meios de subsistência são os das exigências materiais consumidas diretamente da natureza a fim de preencher as necessidades naturais” (SMITH, 1988, p. 72).

(7) “Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc.” (MARX; ENGELS, 1999, p. 36).

(8) “A classe dominante, que controla [...] os meios de produção sociais, certamente controla o excedente apropriado da natureza pelo trabalho humano de terceiros, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção” (SMITH, 1988, p. 78).

(9) Cumpre lembrar que uma mercadoria reúne em si duas características principais: a de ser valor de uso, isto é, de constituir um meio útil de satisfazer uma necessidade; e a de ser valor de troca, isto é, de ser uma proporção, uma quantidade, de algum outro valor de uso. “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor de uso”. (MARX, 1982, p. 44). Essa segunda característica, de ser valor de troca, é distintiva das modernas sociedades capitalistas, organizadas com vistas a produzir mercadorias como forma de gerar riquezas. Com efeito, “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em *imensa acumulação de mercadorias*, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (Idem, p. 41).

(10) Como surgiu o Estado? Aqui há diversas respostas. Por exemplo, para uns, “o Estado não tem uma única origem, mas muitas. Ele se originou de maneira independente em vários lugares e em diferentes épocas. Surgiu de diferentes formas: por conquista externa, pelo desenvolvimento interno, e por ambos...” (KRADER, 1970, p. 166). Para outros, “o Estado não é [...], de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1981, p. 191).

(11) “O crescimento econômico de um país pode ser definido como o crescimento a longo prazo da capacidade de prover sua população de bens econômicos cada vez mais diversos, capacidade esta baseada no avanço da tecnologia e nas adaptações institucionais e ideológicas que ela requer” (KUZNETS, 1985, p. 225).

(12) Isto é, uma forte inflexão na doutrina econômica, que, até fins dos anos 1920, repousava na racionalmente incompreensível crença de que mercados, e não agentes econômicos (empresários, trabalhadores...), definem o que, quanto, como e para quem produzir. Dita crença sugere que seus adeptos tomaram, demasiadamente, a sério a metáfora de Adam Smith segundo a qual a economia era governada por uma *mão visível*.

(13) Alguns exemplos: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento político, desenvolvimento desigual, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável etc.

(14) Na verdade, essa lição decorre da problematização do *subdesenvolvimento*, levada a efeito com rigor e profundidade incomparáveis por Celso Furtado (1961, caps. 4-5; 1964, cap. 6; 1974, cap. 2).

(15) Portanto, uma opção que repousa no *princípio utópico*, isto é, no sentido “da esperança e de seus conteúdos ligados à dignidade humana” (BLOCH, 2005, p. 17).

Referências

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança** (vol. 1). Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UERJ, 2005.

CARDENAL, Ernesto. “Apocalipse”. In: **As riquezas injustas** (antologia poética). Trad. Paulo de Carvalho Neto. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CMMAD [Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento]. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988.

CONTI, Laura. **Ecologia**: capital, trabalho e ambiente. São Paulo: Hucitec, 1986.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade). Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALEANO, Eduardo. **Espelhos**: uma história quase universal. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.

KRADER, Lawrence. **A formação do Estado**. Trad. Regina L. M. Morel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

KROPOTKIN, Petr. **Mutual aid**: a factor of evolution. Boston: Extending Horizons Books; Porter Sargent Publishers, 2005.

KUZNETS, Simon. Crescimento econômico moderno: descobertas e reflexões. **Revista Brasileira de Economia**, 39 (2), 1985.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Ed. USP, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica economia política (livro 1: o processo de produção do capital [vol. 1]). Trad. Reginaldo Sant'Anna. 8 ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I – Feuerbach). Trad. J. C. Bruni; M. A. Nogueira. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do crescimento**. Trad. Inês M. F. Litto. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

POGGI, Gianfranco. **A evolução do Estado moderno**: uma introdução sociológica. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, Ivo M. Será possível continuar falando em *desenvolvimento* no século XXI? In: THEIS, Ivo M. (Org.) **Desenvolvimento e território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

Sobre o autor:

Ivo Marcos Theis - Doutor em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, 1997), com Pós-Doutorados em Política Científica e Tecnológica (Unicamp, 2008) e em Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Email: theis@furb.br